



HAL
open science

Apreender a Performatividade

Isabel Isabel da Assunção de Carvalho Pato E Silva Pato E Silva, Dominique Crozat

► **To cite this version:**

Isabel Isabel da Assunção de Carvalho Pato E Silva Pato E Silva, Dominique Crozat. Apreender a Performatividade: Para uma desconstrução do processo de produção discursiva. Cidades. Comunidades e Territórios, 2007, n°14, pp.71-86. halshs-01144887

HAL Id: halshs-01144887

<https://shs.hal.science/halshs-01144887>

Submitted on 27 Apr 2015

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Apreender a Performatividade

Para uma desconstrução do processo de produção discursiva

Isabel Pato e Silva*
Dominique Crozat**

Resumo: Progressivamente imposta por Austin, Benveniste, Elias e Derrida ou ainda Bourdieu, a performatividade impele-nos a repensar o espaço através das representações. Longe de ser exaustiva, a adaptação geográfica do conceito aqui proposta inspira-se nas reflexões sobre o contexto (Giddens), sobre o corpo e a sexualidade (Butler) e o poder (Foucault) a fim de encontrar uma forma mais concreta de pensar as relações entre a determinação das estruturas sociais e a acção humana. Este instrumento conceptual permite, numa geografia do quotidiano, pensar a subjectividade, a incorporação e a identidade social, nacionalidade e etnicidade, autoridade no exercício do poder e posição social, revelando-se ainda útil para compreender a eficácia da acção e mostrar como é que essa acção, entendida como um contínuo de práticas, é um processo dinâmico que nos permite empreender um movimento *geo-gráfico* para pensar de outro modo o espaço social e o território.

Palavras-chave: Performatividade; Acção; Representação; Subjectividade; Contexto; Geografia discursiva.

Os efeitos transformadores associados ao que neste texto se entende por *performatividade* são frequentes. Quando se anuncia que uma linha de metro irá ter este ou aquele traçado, o preço do solo e do imobiliário dispara ao longo do *presumível* percurso. Da mesma forma, por meio da utilização de índices de ocupação do solo, os instrumentos de planeamento induzem processos de segregação socioeconómicos discretos e eficazes. Ligando discurso e acção, a *performatividade* induz acção e neste sentido ela é em si mesma acção.

Discurso e (re)composições identitárias: algumas referências

O conceito de *performatividade* impõe-se lentamente em França pela releitura de Elias (Haroche & Montoia, 1995; Lussault, 2000) e Bourdieu (1982). Numa outra perspectiva nos Estados Unidos, Butler sustenta-se em Austin e Derrida.

Em Portugal, nos últimos anos, desenvolvem-se na geografia alguns trabalhos implicados na análise do discurso veiculado sob as mais variadas formas (cinema, imagem, discurso político... ou num sentido mais global, o discurso veiculado pelos *media*). Neste domínio inscrevem-se os textos publicados na obra *Ensaio de Geografia Cultural* coordenada por João Sarmento, Ana Francisca Azevedo e José Ramiro Pimenta (2006), assim como a pesquisa realizada por Maria Aurindo (2006) que se debruça sobre a análise diacrónica dos conteúdos imagéticos dos cartazes turísticos em Portugal.

Sem pretender a referênciação exaustiva da produção geográfica portuguesa sobre o tema, a título exemplificativo, apresentamos alguns pontos que distinguem alguns dos textos mencionados, designadamente quanto à forma como analisam o discurso e ao modo como relacionam discurso e representações.

Assim, Aurindo (2006), analisando o conteúdo imagético veiculado, através dos cartazes de

* Geógrafa, Investigadora do Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, isabelpato@fl.ul.pt

** Géographe, UMR 5045 Mutations des Territoires en Europe Université Montpellier 3, dominique.crozat@univ-montp3.fr

promoção turística em articulação com o contexto histórico e social do país, no período 1911-1986, conclui sobre a importância daquele discurso na construção das representações do território nacional, enquanto destino turístico. Por seu lado, Sarmiento e Linehan (2006), mais próximos da perspectiva que aqui nos ocupa, pensam as representações da Irlanda contemporânea centrando-se nos modos de *exteriorização* daquelas representações nas produções arquitectónicas, imagéticas e discursos políticos, todos eles, por sua vez, implicados na substanciação da identidade da própria Irlanda-ilha. Finalmente, Azevedo (2006, 71) debruça-se sobre as relações que se estabelecem entre realizador-filme e entre filme-audiência-ambiente na indagação dos modos pelos quais o cinema interfere na criação de lugares. Para a autora, o cinema desempenha um papel determinante na construção do espaço visto como construção social, ao mesmo tempo que potencia a estruturação das subjectividades por parte do observador crítico relativamente ao conteúdo geográfico do filme que se expressa na própria relação entre o ser humano e o espaço. Extremamente rico pela forma como conceptualiza o papel do cinema enquanto elemento performativo na mediação da relação indivíduo-espaço, este texto centra-se, no entanto, nos processos intersubjectivos que se desenvolvem ao nível da *interiorização* da experiência cinematográfica, deixando de lado todo o vasto campo das suas potenciais *exteriorizações*.

De um modo global, a maioria dos textos desta obra, de forma mais ou menos explícita, têm como pano de fundo o reconhecimento da natureza intrinsecamente política da cultura, perspectiva que subjaz igualmente, e agora no domínio da sociologia, à obra *Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidade*, coordenada por José Machado Pais e Leila Blass (2004). Como sublinha Pais (2004), a grande preocupação desta pesquisa foi a desconstrução das abordagens do *sensu comum* e *mass media* a partir do reconhecimento do carácter performativo dos seus discursos sobre o fenómeno das tribos urbanas, por via da geração de etiquetas que, por sua vez, são potencialmente apropriadas como emblemas de identidade pelos jovens.

“As etiquetas criam realidades sociológicas. O que não significa aceitar que a etiqueta identifique legitimamente o que designa. [...] os jovens são o que são, mas também (sem que o sejam) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam [...] não reflectem a realidade, embora a ajudem a pensar” (Pais, 2004, 12).

Esta obra reveste-se de grande interesse pelo modo como nos possibilita entrar nas sociabilidades, formas expressivas e sentidos dados às mesmas, permitindo-nos aperfeiçoar a nossa capacidade de interpretar as práticas destes grupos sem correremos o risco de, como refere Pais recorrendo a Magnani, confundir a força metafórica da *alusão* com o equívoco da *ilusão*.

Sob uma matriz teórica diferente da aqui adoptada, ainda que com alguns pontos em comum, é incontornável a referência ao trabalho de Carlos Fortuna (2001, 1999) que, sem uma menção explícita ao conceito, parece tê-lo subjacente quando nos faz percorrer os meandros da cidade real e da cidade metafórica. A partir da análise do processo de transformação da identidade da cidade de Évora, a mobilização subjacente do conceito de *performatividade* pode ser lida a partir da ênfase colocada no “pôr em prática” (2001, 237) de um processo de destradicionalização que se nutre das transformações sociais e estruturais, mas também das modalidades de promoção e apropriação simbólica dos elementos e conjuntos daquela identidade, sempre sob a autonomia interpretativa dos receptores.

Fortuna enfatiza o grande desafio político, analítico e conceptual que subjaz à compreensão deste processo de destradicionalização, ou de um modo mais global, dos processos de “reterritorialização” cultural contemporâneos. Para o autor, o questionamento dos modelos centro/periferia, homogeneidade/heterogeneidade culturais para a compreensão dos processos de definição identitária decorre, e por isso obriga a pensar, a *(re)composição contextualizada das identidades* integrando “não apenas os contextos espaciais e temporais, mas também os contextos discursivos e a intencionalidade política que lhes subjaz que interferem e condicionam o sentido da [...] *(re)composição identitária*” (Fortuna, 1999, 16).

Finalmente, refira-se ainda o trabalho de Paulo Raposo (2002) que, numa perspectiva etnográfica, estuda o papel das expressões performativas¹ na contemporaneidade. Como o próprio autor refere, trata-se de uma pesquisa profundamente colonizada por um conjunto de ideias que emanam da abordagem da arte e, particularmente, do objecto teatral. Indagando os papéis dos performantes, dos poderes locais instituídos e das diversas audiências (*insiders* e *outsiders*), o autor conclui que o acto *performativo* cultural é parte de um percurso social no qual os indivíduos constroem identidades e se definem por referência a essa mesma identidade².

Em suma, sustentados em matrizes teóricas distintas e mobilizando conceitos diferenciados, a maioria destas obras analisa o discurso situando as tensões inerentes ao processo de *(re)composição contextualizada das identidades* na dialéctica hegemónia/contra-hegemonia. Em todos estes trabalhos o discurso é entendido como uma actividade social produtora de representações, mas nem sempre é percebido como uma interacção, na qual, não se trata apenas de pensar palavras e coisas, mas de considerar os contributos do próprio discurso para a sua configuração (Lussault, 2003). É para este objectivo que nos orientamos.

Pretende-se neste texto apresentar alguns contributos de autores pouco divulgados tanto em Portugal, como em França, para dar conta da sua génese e lógicas inerentes, com um olhar atento sobre o contexto epistemológico inerente às diferentes modalidades de acolhimento e de utilização deste instrumento conceptual. O objectivo é mostrar as potencialidades, a plasticidade e as ligações do conceito de *performatividade* com outros instrumentos conceptuais. Assim visam-se concretamente:

– Uma apresentação do conceito de *performatividade*, necessariamente limitada (no quadro de um artigo também ele necessariamente curto),

das abordagens do mesmo nas ciências sociais e humanas e das modalidades de o operacionalizar numa problematização especificamente geográfica.

- Argumentar a favor das potencialidades da utilização do conceito numa abordagem cultural, propondo, à semelhança de Fortuna (1999, 2001)³, uma visão activa de cultura ligada a práticas concretas imbricadas numa rede de significados e de relações de poder. Não se trata de uma cultura herdada, mas de uma construção societária que ela estrutura, pelo que a nossa abordagem seguirá uma interpretação interactiva e dinâmica, baseada numa compreensão analítica de relações complexas de dominação, oposição e re-apropriação que caracterizam a sociedade contemporânea.
- Uma mudança na postura epistemológica na direcção de um posicionamento científico transversal que integra: contexto, reflexividade partilhada e emergência de lógicas micro políticas. Supõe-se a mobilização do conjunto da população (indivíduos, grupos, instituições...) actuando com e para o seu próprio destino. Modesto e pragmático (Thrift, 1996) o investigador é aqui entendido como um elemento das cadeias que conduzem à compreensão da *performatividade*. Desembaraçados de delimitações disciplinares, visamos ir além dos *cultural studies*. Numa abordagem prudente deixam-se abertos alguns desenvolvimentos menos aprofundados, com o intuito de não encerrar o debate.

Para além das representações

Como integrar nas nossas práticas de geógrafos a noção de *performatividade*? Apesar do optimismo de Lussault (1997)⁴, Thrift (1996, p. x) expressa um “cepticismo considerável sobre a “representação”, entendida como imagem

¹ Neste estudo, Paulo Raposo debruça-se, concretamente, sobre o Auto-da-Floripe, os Caretos de Podence, os Bonecos de Santo Aleixo e o Carnaval de Torres Vedras, explorando não apenas os *performantes*, mas os agrupamentos e redes performativas específicas que se constroem em torno destes acontecimentos.

² No campo da antropologia refira-se ainda o trabalho de Maria Caldeira da Silva, Susana Matos Viegas e Paulo Raposo que integram a obra *Corpo Presente, treze reflexões antropológicas sobre o corpo* (1996), ainda que mais distantes da problemática que aqui mais directamente nos interessa: a *performatividade* associada ao território.

³ Ver também a introdução da *Ensaio de Geografia Cultural* coordenada por João Sarmento, Ana Francisca Azevedo e José Ramiro Pimenta (2006).

⁴ Que considera que os sujeitos, formados à imagem dos *media* possuem a competência para ultrapassar a visão simplista da representação (Lussault, 1997).

singularizada que significa algo mais. [Ainda que] Os hábitos de um pensamento representacional ainda persistam obstinadamente na ciência social e humanidades”. Assim, o mimetismo é um mau conceito porque dependente “de uma lógica binária, para fenómenos de uma natureza diferente” (Deleuze, Guattari, 2006, [1976], 26). Escapar à representação como espelho do mundo implica que um pensamento fluido dê sentido a esta “evolução paralela”.

Fazer a carta e não o decalque. A orquídea não reproduz o decalque da vespa, faz mapa com a vespa no interior de um rizoma. Se o mapa se opõe ao decalque, é porque está completamente voltado para uma experimentação directa sobre o real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado em si mesmo, constrói-o. [...] O mapa faz ele próprio, parte do rizoma. É aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, invertível, susceptível de receber modificações constantemente. O mapa pode rasgar-se, ser virado do avesso, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser posto em estaleiro por um indivíduo, um grupo, uma formação social. [...] Um mapa tem entradas múltiplas, contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. Um mapa é uma questão de performance, enquanto o decalque aponta sempre para uma pretensa “competência”. (Deleuze, Guattari, 2006 [1976], 29-30.)

Ou como defende Mondada (2000, 9) as nossas disciplinas atravessam uma crise de confiança numa “concepção da representação como um espelho mais ou menos fiel da realidade, ligado a um ideal de linguagem como simples veículo neutro de entidades que lhe pré-existiriam e que ela trataria de codificar”. Este questionamento da centralidade constitutiva do texto torna impossível considerar que ele joga “um papel de mediador fiel, eficaz, objectivo porque indivisível” (idem., 10)

Para além da ausência de transparência do texto, esboça-se uma crítica do seu papel na configuração e agenciamentos dos objectos descritos: os extraordinários destinos da “Banana Azul” de Brunet impõem a correcção dos efeitos perversos desencadeados no ordenamento dos territórios por

hipóteses de investigação (demasiadamente) bem difundidas. As dúvidas relativas à universidade e à generalidade do saber produzido, a diversidade de pontos de vista tornam impossível a unicidade das versões dos factos. Sublinhando a importância dos contextos Kramersch (1999) fala também de “universalismos parciais”. Interessa assim ir além dos contributos que os *cultural studies* deram à pós-modernidade (Maigret e Macé, 2005, 18).

Pragmaticamente Thrift (1996) liga *performatividade* e práticas numa “*non-representational theory*” ou “*theory of practices*”. Lorimer (2005) fala de “*more-than-representational geography*”. As *apresentações*, manifestações performativas de um saber social em uso, exibem a identidade do quotidiano: os praticantes dos bailes folks (Revill, 2004) são *intimamente autênticos*, na *maneira de ser*. A prática da música exprime o ser profundo dos indivíduos e dos lugares, uma *manifestação de capacidade* para Wittgstein. Por seu lado Pasquier (2005, 162) defende que para os jovens liceais hoje “a cultura dominante não é a cultura da classe dominante, mas a cultura popular”. Na *apresentação* do *self* ganham destaque signos de pertença grupal exteriorizados, como a música, o corte de cabelo, a indumentária, o desporto, a apropriação do espaço público e a linguagem, todos eles de modos mais ou menos intensos *presentes*. A autonomia cultural que caracteriza os jovens contemporâneos gerou, não uma cisão baseada no estilo mas, um (novo) *habitus* que paulatinamente se impõe através de uma cultura extraída da experiência vivida.

Estas práticas constituem o nosso sentido do real, um pensamento em acção, “todo o *dizêr* é um *fazer social*” (Lussault, 2000).

“... *conhecer o mundo ‘real’ não depende assim de uma lógica de ‘descoberta’ mas de uma relação social de ‘diálogo’ carregada-de-poder. O mundo não fala, nem desaparece a favor de um meta-descodificador. Os códigos do mundo não estão estáticos, esperando ser lidos... nenhuma doutrina particular, representação, descodificação ou descoberta garante o que quer que seja*” (Haraway, 1991, 198-99, cit. Thrift, 1996, p. x)

Agenciamos, enquanto sujeitos, através de situações relacionais que se inscrevem nos códigos

específicos dos lugares. A reinterpretação permanente destes códigos permite que nos situemos com precisão e actualidade num mundo em movimento. Os lugares adquirem uma identidade, uma *urbanidade flexível* (Augustin e Latouche, 1998), pela diversidade dos discursos/práticas que os sujeitos tornados actores neles inscrevem. Esta geografia *total* (Thrift, 1996) articula diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, escalas geográficas, e apela a novos objectos... A distinção entre um acto performativizado (no sentido da acção emanada) e performativo (no sentido não da sua veracidade ou falsidade, mas da sua “felicidade” como a entende Austin) esbate-se. Para os habitantes da Cova da Moura, empenhados em reconstruir a imagem do bairro através das visitas guiadas, festas e outros eventos, que enfatizam os aspectos positivos da vida comunitária e das especificidades étnicas, onde se estabelece a fronteira entre a representação e o discurso? Onde se estabelecem os limites entre a necessidade de reintroduzir a “ordem social”, a qualificação urbana e a inovação social?

Esta dimensão discursiva do real impõe que se recorra ao material teórico de outros campos disciplinares, aqui essencialmente a teoria social (Giddens), os estudos linguísticos e a filosofia (Austin, Derrida, Butler e Foucault). Não se trata de uma abordagem revolucionária ainda que alguns destes trabalhos sejam recentes.

Giddens: capacidade de acção e contexto

Na perspectiva da estruturação espaço-temporal de Giddens, a dinâmica de produção e reprodução do território é pensada na sua relação com outras configurações da vida social, e, de modo recíproco, o território gera formas de organização social e identidades localmente específicas.

Para Giddens as transformações ou permanências da sociedade jogam-se nas transacções entre agência humana e estrutura, sendo esta condição e resultado da acção, factor de constangimento, mas também de possibilitação. Neste sentido a agência humana refere-se a uma capacidade de fazer coisas, implica poder. A formulação de Giddens revê os conceitos de estrutura e sistema. Para ele os sistemas sociais possuem estruturas.

“Estudar a estruturação do sistema social é estudar a forma como os sistemas, por meio da aplicação de regras e recursos, e num contexto de resultados não intencionais, se produz e reproduz através da interacção” (Giddens, 1982, 66). Os sistemas sociais, entendidos como as relações reproduzidas entre actores individuais e/ou colectivos, organizadas como práticas sociais regulares, são sistemas de interacção envolvendo as actividades localizadas dos sujeitos.

Este processo de estruturação do sistema social assenta na aplicação de regras e recursos. Nos sistemas inscritos na dualidade da estrutura, conhecer uma regra é “saber como continuar” (Wittgenstein, cit. Giddens 1982, 67). “As operações resultantes da consciência prática deixam as regras e a interpretação ‘metodológica’ dessas regras emaranhadas na continuidade das práticas” (idem, 68). As regras são, neste sentido, o meio de reprodução das práticas e permanecem para além da capacidade de os sujeitos formularem claramente a própria regra. Acresce que o entendimento dos recursos como propriedades estruturais dos sistemas sociais, leva Giddens a conceber o poder não como o resultado de um “estado das coisas” mas como uma capacidade. Tal como a regra, o poder encontra-se imbuído na produção das práticas sociais por via da produção de sentidos e das sanções envolvidas na conduta social localizada. O poder refere-se assim ao conhecimento táctico usualmente utilizado no desempenho do *fluxo contínuo da conduta*. Em suma, o poder não é recurso, mas mobilização de recursos.

Por seu lado, as propriedades dos sistemas levam Giddens a formular que capacidade de transformação e dominação estão mutuamente ligadas, porque os recursos não são apenas elementos através dos quais a capacidade de transformação é empregue como poder, constituindo, também, elementos estruturais reconstruídos através da sua utilização na interacção social. Neste sentido, “O ‘poder’ é relacional, [...] opera através da utilização da capacidade transformadora tal como esta é gerada pelas estruturas de dominação” (Giddens, 1982, 92).

Neste processo social o papel do contexto é fundamental, designadamente nos jogos de poder que nele se dão. “[...]. *O contexto de interacção é, até certo grau, configurado e organizado como uma*

prática integral dessa mesma interação vista como um encontro comunicativo. [...] A monitorização reflexiva da conduta em interação implica a mobilização rotineira do contexto físico, social e temporal na manutenção da flexibilidade [*accountability*]⁵ (Giddens, 1982, 83-4), ao mesmo tempo que permite recriar “os elementos padronizados de reservas de conhecimento”, isto é os “esquemas interpretativos” como elementos contextualmente relevantes.

A comunicação de sentidos liga-se assim estreitamente à forma como as relações de poder funcionam, e inscrevem-se no contexto das sanções normativas. Para explicitar esta afirmação, Giddens recorre a Winch que distingue “esquemas interpretativos”, ligados à comunicação de sentidos, e “normas”, referentes ao sancionamento da conduta. Uma reflexão em torno de uma conduta “certa” ou “errada” põe em conflito estas duas dimensões. A regra está assim intimamente articulada com a monitorização reflexiva da acção e com a racionalização da acção, mas também com a prática.

Na indagação das transacções que se jogam entre a estrutura e a agência humana, compreender esta última através da *performatividade* da acção situada, remete-nos para a dimensão política inscrita na inter-relação entre sujeitos e sujeitos e lugares. Quando o discurso/prática, mobilizando as propriedades estruturais dos sistemas, num determinado contexto, permite recriar os sistemas sociais, a acção é humana é eficaz. Aceitá-lo é compreender que o poder não é automático, sendo antes condição da eficácia da acção humana do actor que reivindica esse poder. É assim aceitável que o poder seja susceptível de uma acção performativa e que esta dependa do contexto físico, social e temporal e dos “esquemas interpretativos” em presença. No entanto, a própria *performatividade* não é necessariamente reivindicada, porque está implícita ao poder.

Todo o dizer é fazer

“Propriedade da palavra em agir sobre o mundo em transformá-lo” (Mondada, 2003) a

performatividade é um processo complexo e diversificado. A cerimónia de colocação da primeira pedra de um edifício público integra o processo de *performatividade* numa “economia semiótica [que] reúne sob uma mesma bandeira todos os sinais emitidos ou difundidos pelos actores de um conjunto prático e/ou de uma situação no curso do seu funcionamento” (Lussault, 2000, 26) a fim de encarar como discursivas o conjunto das práticas espacializadas porque, “essencialmente dialógicas, afectivamente carregadas e orientadas para uma re-cognição mútua” (Thrift, 1996, p. x).

Em França “a investigação geográfica sem dúvida ainda pouco investiu” (Lussault, 2000, 26) este domínio desenvolvido há 15 anos no mundo anglo-saxónico (Brown, 2000; Lorimer, 2005). O mesmo se poderá dizer do contexto português onde pouco se tem analisado a construção das identidades territoriais a partir das práticas situadas, com notórias implicações no que constitui uma das vertentes mais interessantes da análise da construção identitária: a sua dimensão política e/ou o domínio do que Giddens designa de *consciência prática* (Lorimer, 2005). Esta está para além das representações e da capacidade discursiva, como nos revela Lorimer a partir do estudo realizado por David Crouch sobre a produção hortícola em contexto doméstico. A “criatividade e a textura são mais inelutáveis e expressivas quando emergem na prática (ou pelo menos durante as descrições que as pessoas fazem da prática)” (Lorimer, 2005, 85).

Medir a importância do conceito e compreender a sua génese abre perspectivas fundamentais. Butler introduz o conceito de *performatividade* nos estudos de género para compreender os posicionamentos e as identidades *incorporadas* considerando que a acção humana e a estrutura social são mutuamente constituídas. Ser e acção estão ligados.

Austin (1991) introduz os termos performativo e performatividade para descrever os actos de linguagem que “fazem as coisas”, ou que visam fazê-las (casar, baptizar...). Um acto de linguagem performativo mais do que existir, realiza uma acção pela sua simples presença oral ou escrita: “eu

⁵ O termo *accountability* (originariamente empregue por Garfinkel) é utilizado por Giddens para designar o carácter imputável da acção humana, isto é as explicações que os actores são capazes de dar sobre a sua conduta, mobilizando para o efeito reservas de conhecimento de que dispõe no decorrer da produção e reprodução da acção. Para Giddens esta reserva de conhecimento social está tanto presente no decurso como no relato da acção, sendo por isso mais abrangente que o conhecimento que o actor mobilize na racionalização da conduta. Esta reserva de conhecimento é, no fundo o que o autor designa de *consciência prática*, conceito que Giddens viria a desenvolver em trabalhos subsequentes.

baptizo”, “eu esqueci-vos” ou “eu vos declaro marido e mulher”. Austin distingue-os dos enunciados *declarativos*, ou *constativos*, simples afirmações ou estados de facto binário (verdadeiro, falso), incapazes de descrever. As situações complexas do performativo não podem converter-se em (afirmações) falsas mas, em função do contexto (ou circunstâncias) do acto de linguagem, elas podem falhar ou realizar (fazer o que dizem). Os contextos ou circunstâncias nutrem-se:

- 1 - de códigos feitos de procedimentos válidos para desencadear o performativo;
- 2 - de indivíduos, de palavras e de circunstâncias adequados envolvendo o acto de fala;
- 3 - de um efeito previsto do enunciado performativo.

Se estas condições estão reunidas, o acto de linguagem realiza-se. Austin qualifica-o de “feliz”. Se não estão reunidas todas as condições, o acto não pode ser produzido, ou é produzido em condições duvidosas, incompletas, de má-fé. Crer que a performatividade de um enunciado permite distinguir o *constativo* do *performativo* é um contra-senso, e este é o ponto fraco da formulação de Austin (5.^a conferência)⁶. Mesmos nas afirmações constativas é necessário encarar as condições em que se dá o enunciado de modo nuanciado e contextualizado. Daqui se deduz a necessidade de tentar apreender como estes performativos são compreendidos e podem agir. Esta capacidade de acção impõe que se considere os performativos sobre um outro ângulo.

Pôr de novo o mundo em movimento

O recurso a este instrumento de inteligibilidade do discurso supõe um movimento intelectual que integra os contributos do pensamento filosófico francês contemporâneo, designadamente Derrida e Foucault, mas também do político.

Austin negligencia os actos performativos que não funcionam mas que também não fracassam. O seu sentido é produzido num contexto onde o actor utiliza a linguagem *como* linguagem, de uma maneira consciente (um poema, um solilóquio, um jogo de palavras). Para Austin (1991 [1970], 55, nota 22) “em tais circunstâncias, a linguagem não é empregue seriamente e de maneira específica, mas trata-se de um uso parasitário em relação ao uso normal – parasitismo cujo estudo remete para o domínio dos estiolamentos da linguagem. Tudo isto será excluído do nosso estudo”, segundo a hipótese de que estas enunciações não têm qualquer possibilidade de *ganhar* porque este dualismo feliz/infeliz funciona mal. Nesta concepção a intenção do actor e o contexto estão enraizados na “metafísica da presença” (Ramond, 2006).

Para Derrida este estiolamento performativo é encarado como um signo (*pharmakon*) que reside em cada face do dualismo, ao mesmo tempo performativo e não performativo. Toda a linguagem é necessariamente *séria*. Ela reflecte, repete, reutiliza o *original sério*. Este performativo *estiolado*, porque fora do contexto para Austin, é assim, para Derrida, des-contextualizado e re-contextualizado em cada utilização. Graças a este relativismo narrativo pouco normativo, todo o produto da actividade humana é uma narrativa/discurso ligado a uma estrutura narrativa. Derrida visa com circunspecção e método o conjunto das actividades humanas como um *texto*: dos discursos científicos ou filosóficos às proposições comuns dos indivíduos até às suas práticas consideradas como *situadas*.

Por detrás do *signo*, impossível adequação da palavra à coisa, perfilha-se o mundo da *metáfora*: o real é metáfora. O papel metafórico da designação torna-a imediatamente performativa. Daí o seu interesse para repensar as relações entre actores e planeadores a partir de premissas (Lussault, 1993; Söderström, 2000) ainda longe de estarem sistematizadas.

⁶ No final da 5.^a conferência Austin acabaria por reconhecer o fracasso do seu enunciado. As “infelicidades” não são apanágio dos enunciados performativos, assim como a exigência de conformidade factual (entre o que é dito e actos subsequentes) não é exclusiva dos enunciados constativos. Nenhum critério gramatical permite distinguir uns e outros e o carácter “explícito” de certos enunciados performativos não seria, segundo ele, suficiente para os categorizar como tal. Face a estas constatações Austin abandonaria a questão da performatividade como qualidade inerente a enunciações específicas, para retomar a questão da intenção subjacente ao acto de fala. Defende assim que qualquer enunciação se decompõe em acto locucionário (o significado do que enunciamos), ilocucionário (a força da acção que praticamos ao enunciarmos algo) e actos perlocutórios (a produção de efeitos sobre o ouvinte através do que enunciamos). E é nesta base que admite que a problemática da distinção entre performativo e constativo requer uma teoria dos actos de discursos que ilustra na última conferência, mas que nunca viria a desenvolver (Austin, 1991; Pires de Lima, 1983).

A autonomia da representação performativa

O performativo destrona a *metafísica da presença*, nega as hierarquizações entre inteligível/sensível, profundo/superficial, essencial/acidental, próprio/parasita, puro/impuro, originário/derivado, modelo/cópia, etc., onde o segundo termo é moralmente desvalorizado. “Derrida (1990, 38) apresenta o ‘performativo’ como capaz de escapar à ‘vigilância’ da verdade como adequação, como uma teoria de certo modo ‘libertadora’” (Ramond, 2006, 4). Em *L’esquives*⁷, Abdellatif Kechiche mostra-nos o poder da palavra em acção. O realizador projecta-nos no mundo desconhecido de uma *citê* francesa a partir de uma primeira cena onde nos confronta com o falar rápido, forte e, sobretudo, estranho das *citês*. Daqui Kechiche leva-nos até à escola e à montagem de um projecto inimaginável: o de pôr em cena a peça “O jogo do amor e do acaso” de Marivaux⁸. Durante os ensaios dentro e fora da escola com a linguagem da *citê*, para regular os conflitos do “mundo real”, articula-se a linguagem de Marivaux “em cena” e com ela os papéis encarnados pelos personagens. É assim que Krimo se torna de espectador passivo, num Arlequin capaz de conquistar a sua Lisette, por quem se enamora, malgrado a sua timidez e a reputação a defender perante o ultramasculinizado e desapegado grupo de pares. Linguagem e estatutos encarnados servirão de mediação para a regulação de conflitos e deles dependerá a realização dos projectos, cénico e relacional. Finalmente, a escolha de uma peça de Marivaux não é inócua, é também uma forma de responder àqueles que argumentam que a falta de domínio da língua põe em causa a possibilidade destes jovens das *citês* se inserirem na sociedade francesa:

Para além da representação, a relação entre a verdade e a imitação produz um duplo

«que não duplica nenhum simples, que nada previne, nada que não seja em todo caso já um duplo. Nenhuma referência simples. É por isso que

a operação do mímico faz alusão, mas alusão a nada [...] este speculum não reflecte qualquer realidade, produz apenas “efeitos de realidade”. [Esta] revelar-se-á inacessível, de outra forma que não seja o simulacro [...]» (Derrida, 1972, 234).

Esta *mimesis* afasta-se radicalmente da interpretação platoniana ao suprimir todo o recurso ao modelo, isto é, esta “cópia [...] esta estrutura [...] não mais se reporta a uma ontologia, ou a uma dialéctica” (Derrida, 1972, 235). O simulacro ganha uma autonomia total, a do marketing ou dos espaços hiper-reais: o ecomuseu ou o parque de atracções, o *themescape* (Rodaway, 1994) da Disney. O simulacro funciona como um sistema de signos autónomo que constrói “um real mais real que o real” ajustando-se ao real histórico a que se pretende referir e ao qual seria inútil querer submetê-lo (Croizat, 2005; 2006). “A passagem ontológica que o verbo *ser* assegurava entre falar e pensar é rompida; a linguagem, em consequência, adquire um sentido próprio. E é este ser que detém as leis que o regem” (Foucault, 1966, 308): a primazia do discurso sobre o objecto institui a *performatividade* como motor da acção humana.

Nos anos 70, o Parque Natural da Região de Pilat em França instituiu normas arquitecturais inspiradas nas casas da vertente Sul. Precocemente integrado na área industrial Saint-Etienne, o Norte, não tinha um estilo definido. Progressivamente, estas normas (telhas ocas, cor das pinturas, inclinação dos tectos...) acabaram por lhe dar um. O território torna-se essencialmente ideologia territorial, discurso performativo de produção da norma, permanentemente actualizado pelo evento. *¶*

Esta actualização liga o evento à performatividade sem necessariamente reproduzir o análogo.

Também através das festas dos emigrantes da comunidade portuguesa na metrópole de Bordéus se manifesta este discurso iterativo *sobre* o território com a função de reconstruir o *tempo passado* – reforçado nas diásporas que se constroem na dialéctica

⁷ *Os Esquivos*. Podemos colocar a hipótese de que fazendo uso da antítese enquanto figura de estilo, Kechiche pretende, precisamente defender a tese contrária, isto é, utilizando os esquivos – nas suas acepções de descónfiado, arredio, fugidio, intratável, arisco – procura destacar precisamente o seu oposto, ainda que sem excluir a possibilidade de estabelecer juízos paradoxais (como é próprio desta figura de estilo) aos quais nos convida o próprio enredo.

⁸ Pierre Carlet de Chamblain de Marivaux (1688-1763), autor de diversos romances e peças de teatro, é um símbolo da perfeição da língua clássica francesa, a antítese da língua falada pelos jovens das *citês*.

da articulação entre duas territorialidades: o *aqui*, lugar de residência concreta, e, o *outro lugar*, lugar de partida amplamente imaginado por via de constantes reinterpretações carregadas de nostalgia. Estas festas que perpetuam uma identidade cristalizada de um Portugal que já não existe nem nas regiões rurais de onde provêm alguns emigrantes e ainda menos em “Arcos” de Valdevez ou “Ponte” de Lima, de onde são oriundos a maioria. Esta década entre o *aqui* e o *outro lugar* está também presente na língua. A maioria dos jovens fala, reproduz, um português situado no tempo e nos lugares de partida dos seus pais.

Fish (1980) fala de uma *comunidade interpretativa*, de “pertença a um sistema de inteligibilidade”, para se referir a este acordo sobre as normas que ligam o conjunto dos discursos e práticas, os seus ouvintes e as instituições, para produzir conjuntamente o discurso e a sua leitura, «o repertório que permite organizar o mundo e os seus acontecimentos”: sem esta metáfora, o território é incompreensível porque é ideologia territorial, reinterpretação permanente em três registos do discurso (Lussault, 2005):

- O legendário: o discurso constitui a legenda dourada do território e veicula um *sopro* colectivo, constantemente destinado a construir o que “não existe senão sob a forma de um potencial [...] e que exige para continuar a existir que a acção presente se mantenha” (idem, 53).
- A cena política: o protagonismo de uma figura política permite *encarnar* o território, falar a linguagem do território, institucionalizado ou não, este *porta palavra* (o *representante*, o *deputado*) põe em relação um território, tornado personagem, e a sua população. Pela sua intermediação entre o local e o municipal, regional, [ou mesmo, segundo a natureza dos factores que o colocam em destaque, o nacional], o presidente da Câmara é o protótipo da figura do *eleito*.
- A geograficidade: referência à organização morfológica do lugar [...]. A acção do discurso participa na organização do espaço. A representação da metrópole de duas margens, em Lisboa ou Bordéus, é inseparável das concepções que presidem às políticas de planeamento do território.

A apropriação da rua por grupos de jovens essencialmente do género masculino é tradutora mais do que de uma distinção estatutária ligada à classe centrada na produção, de uma estratificação social que se faz por via do consumo, mas também da produção que se faz a partir desse consumo (De Certeau, 1973). Esta apropriação, através da impressão de traços específicos baseados nas práticas (o *skate*, os patins, o consumo de bebida, de charros, o toque da guitarra...) imputa aos territórios identidades específicas (os *skaters* na Praça da Figueira, ou no Parque das Nações, em Lisboa, ou ainda em Pey Berland ou nos Quai des Chartrons, em Bordéus...). Do mesmo modo, sair à noite para certos espaços do Bairro Alto é, mais do que um indicador de gosto, um indicador de uma forma de se posicionar socialmente. A apropriação dos espaços urbanos exprime e produz o território noctívolo e residencial tanto dos centros como das periferias urbanas.

Isto conduz-nos a um terceiro interesse da *performatividade* para a geografia: ligar as identidades socioespaciais e acção.

Devir: Butler

Num primeiro nível, defendemos que a identidade se nutre, simultaneamente, da estrutura social e da acção humana, o que aqui apresentaremos recorrendo a duas situações transfronteiriças. Num segundo nível, recorremos a Butler que adopta a *performatividade* aos estudos do género para pôr em evidência o carácter social da construção das identidades por *incorporação* das normas discursivas, e destroçar os discursos essencialistas que as colocam como categorias *a priori* (Butler, 1990).

Para articular as suas identidades complexas, as tatuagens da Virgem de Guadalupe dos *chicanos* de Los Angeles definem uma *fronteira transportável*, plástica. A fronteira dos *chicanos* transcende “[...] a delimitação, a contestação e defesa das fronteiras geográficas, [e as suas tatuagens] podem ser entendidas como uma espécie de performance, encenada sobre um vasto teatro de circulação material e ideológica que é profundamente repetitiva,

citacional⁹ e mimética” (Price, 2000, 110). Do mesmo modo a cultura *cholas* – mestiça, transfronteiriça – dos jovens *chicanos* nascidos nos Estados Unidos de retorno ao país torna-se a norma para os adolescentes urbanos da América Central (Quiroz Carranza, 2004).

Por seu lado a fronteira franco-belga em Lille mesmo que tenha perdido o seu substrato político continua viva. Apesar da abertura das fronteiras da União Europeia, o “ir à Bélgica” não se banalizou. A construção discursiva da fronteira nas saídas de sábado à noite permite criar um *outro lugar* acessível e familiar, permanentemente *recontextualizado* (Croizat, 2001).

Para Butler, o género é construído e realizado pela repetição, pela iteratividade e alegoria do discurso e da cultura envolvente. À sua maneira, cada um fabrica permanentemente o género num processo percebido como natural: pais e professores induzem uma sujeição às normas de poder que estruturam a sexuação dos seus filhos/alunos (Acherar, 2005).

Influenciada por Althusser e, ainda que não de forma directa por Giddens, Butler concebe as estruturas sem alicerce fixo ou pré-discursivo: a acção social escapa ao determinismo das superestruturas – o patriarcado, por exemplo, mais que a acção de agentes em contextos e performances específicos é uma «interpelação etérea» (Brown, 2000) que se refere em permanência ao género e à sexualidade. Esta referência ou contextualização apoia-se na iteratividade¹⁰.

A iteratividade cria acção, na tensão entre temporalidade (o instante) e a relativa estabilidade das estruturas. Esta reprodução permanente mas nunca totalmente semelhante é inovadora, é a escrita do mundo analisada como metáfora activa, a do autor seguida da de todos os seus leitores. Este “simulacro generalizado, esta escrita que circula ‘aqui’ no entre-texto de duas ficções” (Derrida, 1972, 328) constrói a sua realidade na repetição infinita, «não só a realização final mas também um deslocamento e uma ruptura, o sistema aberto

de repetição das rupturas” (Derrida, 1972, 328). Os territórios da sociedade feudal são bons modelos de iteratividade. Para Bloch (1939), a rareza do direito escrito explica a capacidade de inovação e a plasticidade social das sociedades dos costumes. Nesta, apesar da afirmação permanente do seu carácter imutável, a repetição evolui para a deformação sob a influência dos contextos locais ou sociais aos quais se adapta permanentemente.

Por outro lado, Butler opõe-se a Austin ou Benveniste no que se refere ao contexto normativo porque eles distinguem *performatividade* (potencial) de *performance* (realizada e assim acção).

“Um enunciado performativo realiza-se apenas quando identificado como acto. Qualquer um poderá proclamar em praça pública ‘eu decreto a mobilização geral’. Mas não podendo ser acto visto dada a falta da autoridade requerida, tal propósito é apenas palavra (...). [um enunciado performativo] não existe senão como acto de autoridade. Ora os actos de autoridade são à partida e sempre enunciados proferidos por aqueles que possuem o direito de os enunciar” (Benveniste, 1966, cit. in Lussault, 1997).

Contrariando também esta ideia de *performatividade* associada ao direito de enunciação, Sala Pala (2005) mostra que sem dispositivos legais, nem constrangimentos administrativos, e por vezes mesmo sem a clara consciência do processo de segregação que produzem, os funcionários encarregues de avaliar os processos de solicitação de ajudas ao alojamento ou ao emprego não tratam os negros da mesma forma que os outros cidadãos. Sem poder “de enunciação” nas práticas que exerce o funcionário tem poder de transformação e deste modo constrói ou acentua a segregação. Nesta leitura, a força do acto iniciado por alusão repetitiva torna obsoleta a distinção entre *performatividade* e *performance*. Butler retoma de Derrida a ideia

⁹ Itálico nosso. Relativo ao recurso à citação, aqui substanciada no recurso a palavras, a gestos..., a práticas codificadas, a normas discursivas através das quais os sujeitos revelam a sua adesão a uma identidade. Como a citação textual transcreve, imita e referência, mas não deforma, não censura e não desenvolve o texto pré-existente.

¹⁰ Termo utilizado em matemática e informática (repetição consecutiva de um cálculo), em linguística utiliza-se como frequentativo (verbo cuja acção se repete, ex. piscar) ou para descrever um matiz de intensidade da acção (por exemplo, em árabe para indicar uma repetição ou insistir sobre a sua intensidade repete-se a raiz da palavra, enquanto nas línguas latinas se utiliza o prefixo “re”. Assim “rever” em português, corresponde a “ver ver” em árabe.

de que o contexto normativo não tem um alicerce que o sustente, lhe dê anterioridade ou evidência. A normalidade alterada pela natureza repetitiva, iterativa e alegórica do performativo assegura uma possibilidade de contexto para garantir a este performativo a capacidade de “fazer algo”. Deste modo é função do subentendido que acompanha os discursos.

“[...] as categorias de identidade muitas vezes supostas como sendo fundamentais à política feminista, isto é, consideradas necessárias para mobilizar o feminismo como uma política de identidade, simultaneamente funcionam para limitar e forçar por antecedência as possibilidades culturais a que se supõe que o feminismo se abra. Aqueles constrangimentos tácitos que produzem ‘o sexo’ culturalmente inteligível deveriam ser entendidos como estruturas políticas generativas e não como fundações naturalizadas. Paradoxalmente, a reconceptualização da identidade como um efeito, isto é, como produzida e gerada, abre possibilidades à ‘agência’ que são insidiosamente excluídas pelas posições que tomam a identidade como alicerçada e fixada.” (Butler, 1990, 147.)

A noção de performatividade implica também uma referência constante a *outro lugar*¹¹ que situa o locutor fora da estrutura. Para Serban (2005) as traduções dos romances do romeno para outras línguas tornam o sentido insípido. Posicionados em observadores distanciados, porque a tradução lhes exige menos envolvimento, os leitores criam um exotismo. Do mesmo modo, nos debates relativos aos projectos urbanos, confia-se esta distância à imprensa local. Em contrapartida, Butler negligencia a automaticidade do contexto social. Seguindo Derrida, para quem a descontextualização necessária do performativo supõe a re-contextualização em cada acto de linguagem, a distância estrutural entre os locutores enfraquece a intensidade performática do enunciado mas o seu carácter repetitivo e alegórico reforça-o. Numa posição oposta à de Bourdieu em *Ce que parler veut dire* (1982) – onde defende que o

contexto social se impõe aos indivíduos deixando-lhes pouca margem de manobra –, Butler valoriza a construção discursiva do social sem propor um sistema de pensamento finito, alicerçado em estruturas. Pragmática, ela responde a um dilema recorrente: porque é que apesar das resistências dos indivíduos às estruturas de poderes tais como o género, a etnia, a classe social e a sexualidade, estas categorias permanecem factores de opressão na sociedade? Para Butler, o género não é essencialista nem redutível a um qualquer contexto social imediato. Mas a sua principal fraqueza é abandonar o recurso a este último (Rose, 1996). A evolução da geografia interdita este abandono do papel do contexto enunciativo (Lussault, 1997; Brown, 2000; Besse, 2004).

Reintroduzir o político: Foucault

Os *Cultural Studies* utilizam a performatividade insistindo sobre a força da repetição das cenas para suscitar reacções ou práticas, alusões e citações num discurso vago em torno do poder, mas negligenciam o contexto desses actos performativos ou suas transgressões (Brown, 2000). A capacidade de exteriorizar inerente ao performativo e a interacção espacial participam do poder do performativo: se a linguagem veicula as distinções sociais, outros modelos linguísticos menos prestigiados traduzem as divisões do espaço entre urbano, rural, comunitário, subculturas, etc. Estes podem ser privilegiados, impondo contradições que os indivíduos e os grupos articulam ao compor uma língua pessoal adequada à tradução da identidade que eles escolhem (Embarki, 2005).

Foucault, em *A ordem do discurso* (1971), insiste sobre o facto de as estruturas sociais, imediatas e formais, produzirem um espaço político. Esta normalidade impõe-se ao indivíduo e dá-lhe uma identidade: deste modo o “campo” é “diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Por muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, hospitais, asilos, prisões, casas de educação, este modelo do campo ou pelo menos o princípio que lhe subjaz: o sucessivo entalhamento espacial das vigilâncias hierarquizadas” (Foucault, 1975, 174). Por seu lado, para Relph (1981) a organização espacial do

¹¹ Elsewhereness, “ailleurité”; para Derrida (1967, 68).

tipo *clonesco*, da tipologia do edificado do periurbano decorre de lógicas idênticas de produção e de realce da visibilidade, destes “exércitos de homens e de mulheres mutantes”, os *suburbanitas*.

Do mesmo modo, o *performatividade* do *reduto* homossexual estrutura a sua identidade mais eficazmente que a hostilidade dos heterossexuais. O *reduto* é metáfora da subjectividade sexual mas também das suas interdependências complexas com os seus contextos sociais; ele define e isola. A “penalidade perpétua que atravessa todos os pontos, e controla todos os momentos das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Numa palavra normaliza” (Foucault, 1975, 185). O *reduto*, bar discreto e suas evocações permanentes, constrói a exclusão nos espíritos homossexuais. Do mesmo modo, a sua transgressão por via da teatralização da saída do *reduto* (designada *outing*) valoriza a metáfora que se pretende negar: é apenas um desafio, não uma revolução. A lógica do olhar panóptico da prisão revela-se muito pertinente tanto para o loteamento normalizador do periurbano como para a homossexualidade: “se os performativos agitam as coisas por serem permanentemente construídos noutra lugar, esta repetição reflecte e reforça a normalidade dos performativos. Trata-se de um exercício de poder, o poder do discurso que define o normal, o típico.” (Brown, 2000, 31.)

O poder de controlo da produção da imagem dos lugares permite ocultar os processos de interacção conflituais reais (Agier, 1999). A política social (a erradicação das barracas ou a criação do Centros de Acolhimento para os sem abrigo) torna-se um processo performativo de identificação/designação/distanciamento dos pobres (Pinto C., 2000). Os meios de comunicação social fabricam o protótipo dos sem abrigo, decidem o modo de assistência adequado (a urgência) e, impedindo qualquer política a longo prazo, terminam por criar as condições da sua miséria e seu fechamento na rua (Zeneidi, 2002, 33-37).

A acção voluntarista dos poderes públicos que subvencionam festas e espectáculos nos bairros de habitat social favorece a adopção pelos jovens de um modelo de pertença territorial étnica, dita cultura urbana, importado dos Estados Unidos, ao qual o contexto do subúrbio francês, inicialmente diferente, tende a adaptar-se (Croizat, 2005). O mesmo se dirá da periferia (ou simplesmente) das cidades portuguesas, pontuadas no

tempo e no espaço por inúmeras iniciativas desenvolvidas dentro da matriz cultural do *hip-hop*. É o caso dos ateliers de dança, ou dos parques para desportos *rolantes* que cria condições materiais para o surgimento e perpetuação destas práticas. A adopção destas, como signo de pertença grupal e emblema de identidade, permitirá, por sua vez, a sua desterritorialização, na qual participam também outros elementos da *apresentação* do *self* inerentes à *maneira de ser* que se revelam na apropriação (por vezes ostentadora, ou mesmo transgressora) do espaço público.

Foto 1 – «Skate Park» Terreiro dos Radicais no Parque do Tejo – Parque das Nações
(título retirado do site
<http://www.parquedasnacoes.pt>)



Fonte: Isabel Pato e Silva

Foto 2 – Prática de skate na Praça da Figueira



Fonte: Isabel Pato e Silva

Esta identidade dos lugares atribuída do exterior é assumida e engrenada numa profecia auto-realizadora¹² que constrói segregações (Staszak, 1999). Pode-se reler neste sentido Chignier-Riboulon (2000) através de Goffman (1979). A identidade segregada dos adolescentes das *cités* é construída por três discursos negativos convergentes: o primeiro, caricatural, é produzido pelos meios de comunicação social. O segundo é recebido e reproduzido pelos residentes destes bairros e o terceiro corresponde à adopção desta rotulagem (*labelling*, Becker, 1995) pelos jovens. Estes, desde há quinze de anos que se reivindicam “*racaille*” (caiera)¹³, instrumentalizando esta denominação e conformando-lhe os seus comportamentos.

Mas como explicar em 2005 a rejeição violenta da re-utilização provocadora deste termo por um ministro próximo da extrema-direita? Podemos avançar duas explicações complementares. Em primeiro lugar, pensar que um conselheiro deste ministro lhe apresentou uma análise apoiada em Derrida: contextualizando fortemente o termo de “*racaille*”, suscitar-se-ia uma reacção dos jovens, fácil de instrumentalizar. Com efeito, “sem o arrançamento ao contexto o sentido e a comunicação em geral são impossíveis. A condição de possibilidade de qualquer discurso é que este seja reiterável, ou, como diz Derrida, “iterável”, isto é, que continue a ser possível repeti-lo, citá-lo, do re-citar, transportá-lo, transportá-lo, metaforizá-lo, transplantá-lo (tantas maneiras de exprimir um mesma ideia), num outro contexto” (Ramond, 2006, 2-3). É a lógica das reportagens de TF1 nos bairros da periferia do sul (frequentemente em Trappes ou Créteil) para ilustrar um acontecimento ocorrido na outra extremidade de Paris. Em Clichy, pelo contrário, a atenção focalizada impede qualquer descontextualização e torna este propósito intolerável. Seguidamente, cinicamente, o discurso compõe um sistema. Para existir, o ministro, assim como os jovens, têm o interesse comum de manter esta violência até ao limite: o movimento conquista outros bairros estigmatizados para conformar-se

com a identidade de atribuição através da qual se aprisionam os seus jovens.

Numa outra escala, a extrema-direita difunde as ideias simplistas de Huntington e instrumentaliza tanto o ícone como a acção de outros extremistas (Al Qaida). A “teoria do ‘choque das civilizações’ funciona como uma profecia auto-realizadora: apresentando-se como uma teoria científica [...], o próprio discurso de Huntington torna-se um elemento fundamental da criação deste choque” (Crépon, 2002, 79) que justifica a política dos ultra-conservadores americanos.

As identidades de atribuição das castas indianas evoluem de um sistema hierárquico socialmente induzido para uma definição identitária. A diferença passa a ser reivindicada, mesmo pelas castas intocáveis porque “não há casta que não tenha uma elevada consideração de si própria” (Gupta, 2000). Os discursos identitários mais coerentes tornam-se vantagens económicas.

Conclusão

A manipulação de imagens performativas na ideologia territorial (Lussault, 2000; 2005; Söderström, 2000), a instrumentalização do medo em Huntington, ou de ícones prestigiantes (golfes, marinas, etc.) iniciam o processo de produção dos espaços que mostra a desconstrução do processo de produção discursiva da região (Bourdieu, 1982, 137). A análise do papel activo destas imagens implica que se ultrapasse as representações, que se proceda à mudança de registo do discursivo ao societal¹⁴.

No fundo trata-se de desenvolver uma geografia contextualizada. Um lugar torna-se contexto espaço-temporal quando o social e as práticas individuais encontram um campo de interações múltiplas (Croizat, 2004). O discurso é uma dimensão essencial cujo carácter performativo se joga a diferentes escalas. A construção metafórica das espacialidades, a performatividade, a comunidade interpretativa, a superação da representação,

¹² Conceito criado por Thomas e desenvolvido por Merton para quem uma representação, mesmo se falsa, pode ter efeitos reais. Utilizado intermitentemente, este conceito justifica um trabalho de fundo com a finalidade de delimitar finamente a utilidade em geografia e aprofundar as suas relações com a *performatividade*.

¹³ Durante muitos anos utilizado em França, mesmo antes da “crise das periferias” para designar a ralé ou mais recentemente a escumalha ou os *chunga*.

¹⁴ Para passar da performatividade (potencial) à performatividade (efectiva).

a retoma da abordagem transaccional e a profecia auto-realizadora, oferecem à geografia uma valiosa ferramenta para, enfim, praticar uma geografia realmente humana. Mas a prática de uma geografia inovadora para considerar o mundo não separa as leituras discursivas das abordagens clássicas e ultrapassa a ruptura modernidade/pós-modernidade (Lorimer, 2005, 84; Maigret e Macé, 2005, 15).

Quem faz a geografia? Confusa e frequentemente pouco formulada, a *performatividade* é integrada nas estratégias espaciais. A manipulação de ícones é generalizada até à produção de espaços hiper-reais. Outrora apanágio de peritos (entre os quais os geógrafos) e de actores valorizados como “instâncias de decisão”, esta manipulação é praticada hoje com destreza pelo sujeito/actor que põe em destaque a sua experiência do mundo jogando com as representações (Bourdieu, 1982, 136; Maigret e Macé, 2005, 15). Mas evitemos a ingenuidade. Os actores públicos usam habilmente

estes instrumentos. A “polifonia”, discursos sobre os discursos. A governância surge da interacção entre estes regimes de visibilidade: mais que um debate público mistificado e fossilizado, esta interacção dá-lhe reais capacidades operacionais, não repousando sobre modelos gerados pela metaforização, mas implicando uma compreensão fina de discursos diferenciados, “das quais importa conhecer o contexto de enunciação e de circulação, a identidade dos locutores e destinatários, o seu papel de porta-voz de grupos que têm acesso ou não à representação urbana, ao poder da sua palavra, capaz ou não de desempenhar um papel performativo no espaço” (Mondada, 2000, 39).

Com tais instrumentos, ultrapassar a representação torna-se um objectivo da disciplina, em especial de uma geografia cultural e social capaz de renovar a “acção” ou o “simbólico” (se este termo possui ainda alguma pertinência). Uma mutação tranquila da geografia que numerosos trabalhos já activaram (Viala et Villepoux, 2007).

Bibliografia

- ACHERAR L., (2003) – *Filles et garçons à l'école maternelle; la construction des identités de sexe*. Rapport Délégation Régionale aux Droits des Femmes, Région Languedoc-Roussillon, < en ligne > <http://www.droits-femmes-lr.fr/pdf/maternelle.pdf>; consulté le 12 mars 2005.
- AGIER, M. (1999) *L'invention de la ville. Banlieue, townships, invasions et favelas*. Paris, Editions des Archives Contemporaines, 176 p.
- AUGUSTIN, J.-P., LATOUCHE, D. (1998). *Lieux culturels et contextes de villes*, Bordeaux, MSHA, 214 p.
- AURINDO, M.-J. (2006) – Portugal em Cartaz, Representações do destino turístico (1911-1986), Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Estudos de Geografia Humana e Regional, n.º 48, 207 p.
- AUSTIN, L. (1991[1970]) – *Quand dire, c'est faire*, Paris, Le Seuil, coll. Points, 203 p.
- BECKER, H.S. (1995) – *Outsiders. Etude de la sociologie de la déviance*, Paris, ed. Métailé.
- BESSE, J.-M. (2004) – Le post-modernisme et la géographie. Eléments pour un débat. *L'Espace géographique*, n.º 1-2004, pp. 1-5.
- BLOCH, M. (1968 [1939]) – *La société féodale*. Albin Michel, Coll. Evolution de l'humanité, 702 p.
- BOURDIEU, P. (1982) – *Ce que parler veut dire*. Paris, Fayard, 244 p.
- BROWN, M. P. (2000) – *Closet Space. Geographies of Metaphor from the Body to the Globe*. Londres, Routledge, 170 p.
- BUTLER, J. (1990) – *Gender Trouble, Feminism and the subversion of identity*, London, N-Y, Routledge, 172 p.
- CALDEIRA DA SILVA, M. (1996) – “O Suq das vaidades” in *Corpo Presente, treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, Oeiras, Celta, pp. 54-71.
- CHIGNIER-RIBOULON, F. (2000) – La banlieue, entre culture populaire de l'honneur et sentiment de marginalisation. *Géographie et cultures*, n.º 33, pp. 71-88.
- CRÉPON M., (2002) – L'imposture du choc des civilisations, Nantes, Pleins feux ed., 83 p.
- CROZAT, D. (2006), Violência dos espaços hiper reais, *Revista FAMECOS*, n.º 29, PUCRS, Rio Grande do Sul (Brasil), Abril 2006, pp. 45-54.
- CROZAT, D. (2005) – La construction de l'image ethnique par la fête à Bordeaux (France): du culturel au social; folklore, affirmation identitaire et ségrégation, 10th International Metropolis Conference, atelier: “Immigrants and urban peripheries: the dynamics of people and place”, Toronto, octobre 2005, < en ligne > <http://sand.dr15.cnrs.fr/perimetro>.
- CROZAT, D. (2004) – Les contextes socio-territoriaux de la vie culturelle et de ses événements, *Bulletin de l'Association de géographes français – Géographies*, n.º 2-2004, pp. 242-255.
- CROZAT, D. (2001) – Bars, boîtes et pralines. La permanente reconstruction d'une frontière entre Lille, la Belgique et le Nord de l'Europe à travers les sorties. *Hommes et Terres du Nord*, n.º 4, pp. 230-242.
- DE CERTEAU, M. (1973) – *L'invention du quotidien*, 1, Paris, Gallimard, 347 p.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. - 2006, [1976] – *Rizoma*, Lisboa, Assírio & Alvim, 62 p.
- DERRIDA, J. (1972) – *La dissémination*. Paris, Le Seuil, 410 p.
- DERRIDA, J. (1990) – *Limited Inc*, Paris, Galilée.
- EMBARKI, M. (2005) – Citadin, urbain, rural: les indices phonétiques d'affirmation identitaire, Séminaire *Praxiling - ICAR UMR 5191 CNRS-Université Montpellier 3*, 14 mars 2005.
- FISH, S. (1980) – *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*, Cambridge (Mass.); London: Harvard University Press, 394 p.
- FORTUNA, C. (1999) – “Destradicionalização e imagem da cidade” in *Cidade, Cultura e Globalização*, Carlos Fortuna (coord.), Oeiras, Celta, pp. 231-257.
- FORTUNA, C. (2001 [1997]) – *Identidades, Percursos e Paisagens Culturais*, Oeiras, Celta, 148 p.
- FOUCAULT, M. (1966) – *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 400 p.
- FOUCAULT, M. (1971) – *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 82 p.
- FOUCAULT, M. (1975) – *Surveiller et punir*. Paris, Gallimard, 318 p.
- GIDDENS, A. (1982) – *Central Problems in Social Theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis*, London, The Macmillan Press, – *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta, 294 p.
- GOFFMAN, E. (1979) – La Mise en scène de la vie quotidienne. 1, *La Présentation de soi*, Paris, Editions de Minuit, 251 p.
- GUPTA, D., (2000) – *Interrogating Caste*, New Delhi, Penguin, 300 p.
- HAROCHE, C., Montoia, A. (1995) – Eléments pour une anthropologie politique des positions et préséances. (Types d'économies psychiques et systèmes politiques chez Norbert Elias et le duc de Saint-Simon), *Cahiers internationaux de sociologie*, pp. 247-263.
- KRAMSCH, O. (1999) – El horizonte de la nueva geografía cultural. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Barcelone, n.º 34, 1999, pp. 53-68.
- LORIMER, H. (2005) – Cultural geography: the busyness of being “more than representational”, *Progress in Human Geography*, 29, 1, pp. 83-94.
- Lussault, M. (1993) *Images de la ville et politique urbaine*; Tours, Maison des sciences de la ville.

- Lussault, M. (1997) – Une problématique de l'image en géographie. In Calenge, C., Lussault, M. et Pagand, B. *Figures de l'urbain. Des villes, des banlieues et de leurs représentations*. Tours, Maison des Sciences de la Ville, pp. 15-33.
- LUSSAULT, M. (2000) – Action(s)! in Lévy, J., Lussault, M. (dir.) *Logiques de l'espace, esprit des lieux. Géographies de Cerisy*. Mappemonde/Belin, 352 p.
- LUSSAULT, M. (2005) – “Les nouveaux territoires” *Urbanisme*, n.º 1, mai-juin 2005, pp. 52-55.
- MAIGRET, E., Macé, E. (dir.) (2005) – *Penser les médiacultures. Nouvelles pratiques et nouvelles approches de la représentation du monde*. Paris, Armand Colin, 186 p.
- MONDADA, L. (2000), Décrire la ville, la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte, *Anthropos*, coll. Villes, Paris, 284 p.
- MONDADA, L. (2003) – Entrada “Performativité”, in Lévy, J., Lussault, M. (dir.), *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, Paris, Belin, p. 704.
- PASQUIER, D. (2005) – *Cultures Lycéennes, la tyrannie de la majorité*, Paris, Éd. Autrement, 180 p.
- PAIS, J. M. et al. (2004) – *Tribos Urbanas, Produção artística e Identidades*, José Machado Pais e Leila Maria Blass (coord), Viséu, Imprensa de Ciências Sociais / ICS-UL, pp. 23- 55.
- PINTO C. T., Gonçalves, A. (2000) – “Os bairros sociais vistos por si mesmos. Imagens, conflitualidades e insegurança” (1.ª parte). Lisboa, *Cidades. Comunidades e Territórios*, n.º 1, pp. 101-111.
- PINTO DE LIMA, J. (1983) – *Linguagem e acção: da filosofia analítica à linguística pragmática*, Coleção Materiais Críticos 3, Lisboa, Ed. Apaginastantas.
- PRICE, P. (2000) – Inscribing the border: schizophrenia and the aesthetics of Atlan. *Social and Cultural Geography*, vol. 1, n.º 1-2000, pp. 101-116.
- QUIROZ CARRANZA, R. (2004) Bandas “cholas”: una forma de vivir la ciudad, Mexico, *Ciudades*, n.º 63, pp. 43-48.
- RAMOND, C. (2006) – Déconstruction et Performativité: L'oral et le moral. Communication au colloque *Morale et Performativité - Nature, Normes, Conventions*, Université Bordeaux-3, juin 2004 (no prelo).
- RAPOSO, P. (2002) – O papel das expressões performativas na contemporaneidade. Identidade e cultura popular, Tese de Doutoramento, ISCTE-Universidade de Lisboa.
- RAPOSO, P. (1996) – “Performances teatrais” in *Corpo Presente, treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, Oeiras, Celta, pp. 125-138.
- RELPH, E. (1981) – *Rational Landscape and Humanistic Geography*, Londres, Croom Helm.
- REVILL G. (2004) – Performing French folk music: dance, authenticity and nonrepresentational theory; *Cultural Geographies*, 1 April 2004, vol. 11, iss. 2, pp. 199-209 (11).
- RODAWAY, P. (1994) – *Sensuous geographies*, London, Routledge, 198 p.
- ROSE, G. (1996) – “As if mirror has bled: masculine dwelling, masculine theory, and feminism masquerade” in Duncan, N. (ed.) *Body Space*, Londres, Routledge, pp. 56-74.
- SALA PALA, V. (2005) – Le racisme institutionnel dans la politique du logement social, *Sciences de la société*, n.º 65.
- SARMENTO et al. (2006) – *Ensaio de Geografia Cultural*, João Sarmiento, Ana Francisca Azevedo e José Ramiro Pimenta (coord.), Porto, Livraria Editora Figueirinhas, Porto, 134 p.
- SERBAN, A. (2005) – “Drawing Boundaries: Audience Design in Literary Translations from Romanian into English” *équipe Praxiling*, ICAR UMR 5191 CNRS-Montpellier 3, Séminaire de recherche (7 mars 2005), Montpellier.
- SÖDERSTRÖM, O. (2000) – *Des images pour agir, le visuel en urbanisme*. Lausanne, Payot, 140 p.
- STASZAK, J.-F. (1999) – Détruire Détroit. La crise urbaine comme produit culturel. *Annales de géographie*, n.º 607, mai-juin 1999, pp. 277-299.
- THRIFT, N. (1996) – *Spatial formations*. Londres, Sages.
- VIALA, L., VILLEPONTOUX, S. (dir.) (2007) – *Imaginaire, territoires, sociétés. Contributions à un déploiement transdisciplinaire de la géographie sociale*, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier 3, 499 p.
- VIEGAS, S. (1996) – Pessoas Presentes, Pessoas Ausentes: Processos intersubjectivos de consciência do tempo no envelhecimento, in *Corpo Presente, treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, Oeiras, Celta, pp. 154-171.
- ZENEIDI-HENRY, D. (2002) – *Les SDF et la ville. Géographie du savoir-survivre*. Paris, Bréal, 2002, 288 p.

FILMOGRAFIA

L'esquives, Abdellatif Kechiche, 2003.